

## Agroinflação e investimento

## De olho no futuro

Davi R. de Moura Costa<sup>1</sup>  
Felippe C. Serigati<sup>2</sup>

A ATUAL pressão inflacionária preocupa autoridades de diversos países. Muitas são as suas causas. Entretanto, é o aumento dos preços dos alimentos que tem chamado mais atenção. Nos países pobres ou em desenvolvimento tais produtos consomem fatia significativa do orçamento familiar. O assunto merece ser tratado com seriedade a partir da adoção de medidas urgentes pelos governos.

O termo urgente implica soluções de curto prazo, mas sem abrir mão da visão de longo prazo. Enquanto os EUA e União Européia têm, respectivamente, a Farm Bill e a Política Agrícola Comum (PAC) como política agrícola, no Brasil existem os Planos de Safra, cujos principais atrativos são os volumes de crédito disponibilizados.

As medidas para atenuar os impactos da agroinflação não deveriam consistir apenas nos instrumentos de política monetária, mas sim na elaboração de uma política agrícola que substitua os Planos de Safra. A principal meta seria gerar incentivos à produção de alimentos no curto prazo e garantias aos investimentos de longo prazo mais longo, temas imprescindíveis em uma política agrícola, tais como:

- regulamentação das atividades agrícolas (trabalhista, ambiental etc.);
- capital humano na agricultura;
- garantias ao direito de propriedade (quadro adiante).

O marco legal das atividades agrícolas deveria, em princípio, incentivar o sistema produtivo. No entanto, em determinados pontos, a legislação cria obstáculos. Por exemplo, é repassada ao produtor rural a ineficiência da fiscalização do governo à medida que estabelece a “obrigação” de manter parte da sua propriedade em mata nativa. Se, pela ótica ambiental isso é positivo, de outro lado, seu custo de oportunidade se eleva por não ser tal atividade remunerada. Portanto, estimular os mercados de carbono e incentivar os conceitos de multifuncionalidade da agricultura por meio de pagamentos por serviços ambientais atenuará ineficiências como a citada, e criará incentivos para o aumento da produção sem expandir a área plantada.

A recente migração dos jovens das pequenas cidades para os grandes centros urbanos tem contribuído para um processo de seleção adversa da mão-de-obra que permanece na área agrícola. Isso sofre alteração com a tecnificação da atividade

agrícola. Entretanto, a adoção de políticas que promovam a qualificação dessa mão-de-obra – por exemplo, via escolas técnicas agrícolas, Sebrae e Senar – aumentará a produtividade do setor agrícola. Ainda, investimentos que propiciem a criação de postos de trabalho nestes municípios (ampliação da agroindústria) poderão auxiliar na retenção da migração dos jovens e com isso na ampliação e formação de um renovado efetivo de trabalhadores.

O aperfeiçoamento das regras que garantam o direito de propriedade na agricultura passa fundamentalmente pela solução dos problemas de invasão de terras, destruição de experimentos de pesquisa, bloqueio de rodovias e estradas de ferro e outras mazelas que têm ocorrido no Brasil nos últimos anos. É a propriedade do meio de produção (bem como o seu controle) que garantirá o estímulo necessário para haver o investimento e portanto assegurar tal direito não é ir contra as questões sociais. Ao contrário, garantir o direito de propriedade é inclusive dar condições para que os próprios assentamentos rurais se tornem viáveis.

Talvez o grande desafio seja rever a estrutura de como está definido o tratamento dos temas agrícolas dentro do governo e unificar o que for possível. Ou seja, tornar os ministérios e as secretarias mais parceiros e menos concorrentes de suas próprias políticas. Com certeza, tal construção é difícil, e talvez improvável, mas esse é o paradigma a ser alcançado.

Afora as questões econômicas que foram tratadas neste texto, é preciso considerar que as generosidades da natureza que afetam diretamente a produção agrícola, tais como clima, solo e água contribuirão para aumentar ou diminuir o tempo em que o sistema produtivo conseguirá responder ao aumento da demanda e por conseguinte atenuar os problemas da agroinflação. Portanto, uma solução que acompanha todas as apontadas, é a reza. Só que, desta vez, não somente a do produtor rural. ■

## O que deveria ser concretizado no curto prazo e seus resultados

O que fazer	Resultados
Estimular o funcionamento do mercado de carbono Incentivar os pagamentos por serviços ambientais	Geração de renda disponível para investimento
Fortalecer as escolas agrícolas e garantir o uso adequado dos recursos do Sebrae e Senar	Aumento da produtividade da mão-de-obra rural
Garantir o direito de propriedade	Incentivos para investimentos de longo prazo
Revisão do formato como estão distribuídos os ministérios e secretarias que atuam diretamente com o setor agrícola	Criação de política agrícola sustentada e otimização dos recursos destinados a agricultura

<sup>1</sup> Doutorando em Economia de Empresa EESP/FGV. E-mail: drmcosta@gmail.br  
<sup>2</sup> Mestrando em Economia de Empresa EESP/FGV. E-mail: felippe.serigati@gmail.com